

(4) O terreno do Parque Augusta era originariamente pertencente ao colégio de freiras argentinas. Após o fechamento do colégio, o público costumava usar a área para atividades de lazer. Após a demolição (aparentemente clandestina) do prédio e tentativas de construções de diversos empreendimentos imobiliários, a briga entre a população e os donos do terreno se acirrou. Os conflitos de interesses vêm ocorrendo há cerca de 40 anos, mas quais o terreno já foi usado como estacionamento, circo, projeto de supermercado, etc. A população vê o terreno como de suma importância para o centro, pois ele é o último parque da região e pode suprir a necessidade da área verde na capital (centro). Porém, em momentos que os proprietários do terreno (e construtores) tentaram restringir a entrada de pessoas no terreno, a mobilização social se fortaleceu muito e foi atrás dos seus direitos. Nesse ano, saiu a lei que autoriza a construção do Parque Augusta, o que revela a força de posicionamento das pessoas em união. Os proprietários deverão receber a transferência do Poder Construtivo para outra zona da cidade, mas também pagarão indenizações por terem fechado o terreno e bloqueado a circulação do público. Cunda há dúvida quanto a efetividade da lei, visto que há anos o Poder Público não tem tido forças frente ao Poder Privado. ©

Q2 (a) Os impostos, como o IPTU e o ISS, são valores pagos pela população independentemente do uso ou não do recurso. Quem tem o bem deve pagá-lo. O montante dos impostos tem seu destino definido pelo orçamento municipal.

As Taxas são valores cobrados e tem relação direta com o uso de uma infraestrutura. (Água, Luz, Gás)
Os recursos são investidos no próprio setor.

(b) A utilização dos recursos em obras realizadas pela prefeitura passa por uma série de leis votadas anualmente na câmara (Lei Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual) que são aprovadas quando o governo e a população definem o orçamento para o cidade. Nesse orçamento aprovado (Lei aprovada pela câmara) é definido como os recursos públicos serão gastos. A LOA e a LDO ando são guiados pelo Programa Plurianual orçamentário que dita como os recursos devem ser investidos em um período mais longo (4 anos) e de forma mais geral.

③ A. $1000 \text{ m}^2 \cdot 0,5 = 500 \text{ m}^2$ ✓

A área mínima que deve ser construída é de 500 m^2 , metade da área total, pois o CA_{min} é $0,5$. ✓

B. $1000 \text{ m}^2 \cdot 1 = 1000 \text{ m}^2$
 $1000 \text{ m}^2 \cdot 4 = 4000 \text{ m}^2$ } O máximo que pode ser construído no lote é 4.000 m^2 pois o CA_{max} é 4 . Porém

um 3.000 m^2 incidirá a cobrança de outorga onerosa pois é a diferença de área de $CA_{\text{mínimo}}$ e máximo. ✓

C. $1000 \cdot 0,7 = 700 \text{ m}^2$. A área máxima de ocupação do lote com edificação é de 700 m^2 pois a taxa de ocupação máxima é de 70% do terreno. ✓

D. $1000 \text{ m}^2 \cdot 0,25 = 250 \text{ m}^2$. A área mínima permeável é de 250 m^2 pois, a taxa de permeabilidade mínima é de $0,25$. ✓

QUESTÃO 4

Do ponto de vista ambiental, pode-se dizer que o avanço da urbanização pode gerar impactos negativos como o desmatamento e a emissão de gases que recheiam o efeito estufa como o gás carbônico, o clorofluorocarboneto e o metano. Esses impactos são consequência da progressiva ocupação do solo e, também, pelo estilo de vida urbano que envolve muito o transporte rodoviário. No entanto, por existir efeitos danosos, há uma intensa mobilização em prol da consciência ambiental, tendo inclusive a questão da Quota Ambiental que define diretrizes de respeito ao meio ambiente (presente no Plano Diretor) e essa consciência acaba gerando maiores investimentos em transporte público como os metrô e a fim de diminuir a poluição gerada por carros e ônibus.

Do ponto de vista social, o avanço da urbanização traz consequências positivas como o acesso a serviços essenciais como saneamento, transporte e cultura e, também, as maiores possibilidades de emprego servem como atração de pessoas que agregam à marcha urbana. No entanto, como o processo de urbanização ocorre de maneira desenfreada, há impactos negativos como o déficit habitacional no qual muitas pessoas são marginalizadas e a superlotação das ruas urbanas que geram estresse ao habitante que utiliza o transporte rodoviário.

Já com relação ao aspecto econômico, pode-se dizer que o processo de urbanização implica uma concentração maior de pessoas trabalhando e gerando renda, logo há uma impulsão na economia da cidade e, com isso, há a diversificação de atividades comerciais exercidas, beneficiando a população. Porém, existem problemas que surgem com o avanço da urbanização que podem ser exemplificados pela eventual especulação imobiliária e a marginali-